

## **Da autonomia ao conformismo: tentativa de entender a trajetória do PT**

*Vladimir Puzone<sup>1</sup>*

O Partido dos Trabalhadores surge no final dos anos 1970 em meio à reorganização dos movimentos populares e do sindicalismo nos grandes centros urbanos. Talvez nenhuma questão resuma tão bem os anos de formação do PT quanto a autonomia das classes trabalhadoras brasileiras. Isso pode ser entendido tanto com relação ao movimento sindical que forneceu uma das bases do partido quanto às discussões e análises a respeito da trajetória dos trabalhadores no Brasil. Perante a rígida estrutura sindical brasileira, herdada da configuração getulista da questão social, não surpreende que uma das pautas do novo sindicalismo e, por extensão, do partido que surgia consistiu na estruturação de organização de classe independente em relação ao estado. Em seu manifesto de fundação, o partido aparece como um meio para canalizar as ações políticas dos trabalhadores em seu cotidiano.

Por outro lado, já na sua pré-história, apresentada nas teses de Lins-Santo André, nota-se um traço constante das avaliações do partido – a conquista do poder. Em geral, a tomada do poder equivale à conquista do estado. Ou seja, poder é entendido aqui como capacidade, e não como uma relação intrinsecamente voltada à dominação. “O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. [...] Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população. Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói” (3º encontro, Partido dos Trabalhadores, 1998: 153). Não por acaso, o estado enquanto instituição política ou, mais precisamente, como forma social das sociedades capitalistas não é problematizado. Pode-se dizer que esse é uma característica das esquerdas no Brasil e que tem consequências duradouras para as transformações ensejadas por suas diversas correntes.

Contudo, é possível perceber a partir da leitura dos documentos do partido que a figura do estado não só permanece em suas formulações, mas também ganha contornos mais precisos. Essa passagem ocorre de forma paralela à importância crescente das eleições como objetivo estratégico do PT, assim como à busca da ampliação dos grupos sociais e demais partidos que o apoiariam. Temos a impressão de que a sequência de derrotas eleitorais sofridas pelo partido, especialmente nos pleitos para presidente, impôs uma espécie de atualização em seus programas. Em meio a essa atualização, fica cada vez mais claro que as instituições estatais

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando e professor colaborador pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

ganham um papel-chave nas intenções políticas do partido, assim como em suas perspectivas de transformação social. É possível dizer, então, que o PT recolocou uma série de questões que estiveram no horizonte de transformações das esquerdas brasileiras e dos movimentos dos trabalhadores. Além de constituir um traço constante das pautas petistas e reforçado durante seus governos federais, o estatismo se afigura também como uma herança da política brasileira do período anterior a 1964 – ainda que não reconhecida pelo partido. Ademais, o exame da presença do estado nos documentos do PT permite ver como seu horizonte de transformações foi se estreitando por meio de uma conformação às formas de sociabilidade capitalista.

Não se trata de dizer que o partido era eminentemente revolucionário no seu início e paulatinamente se tornou um partido de “reformismo fraco” (Singer 2012). É preciso afastar qualquer noção de purismo que se possa ter a respeito da história inicial do PT. Primeiro, porque seus programas iniciais contém uma série de aspectos que podem ser problematizados, a começar por noções caras a um marxismo tradicional – ainda que o partido procurasse a todo momento de afastar tanto do assim chamado socialismo real quanto da socialdemocracia europeia. Segundo, porque o socialismo até hoje evocado em seus programas não passa muitas vezes de um imperativo ético, sem que se apresente uma análise exaustiva da sociedade brasileira e das possibilidades de se travar uma política emancipatória – problema que seria contornado em parte a partir do encontro de 1986.

Outro aspecto importante ao se considerar a história do partido diz respeito às relações de classe na sociedade brasileira e a maneira como o partido enxergou tal estrutura. Mais especificamente, trata-se de entender como o partido caracterizou sua própria base social, isto é, como aparecem as diferentes configurações das classes trabalhadoras brasileiras. Essa é uma questão que permite articular as possibilidades de transformação social com a autonomia pretendida inicialmente, além, é claro, de abrir uma chave para a questão do conformismo.

É certo que Marx lembrava que um partido não pode ser analisado por aquilo que ele diz, mas por suas ações. Tomar as resoluções e os programas partidários como expressão direta de sua prática pode nos mostrar uma organização bastante distinta em relação àquela que se transformou ao longo de seu desenvolvimento. Os motivos para essa desconfiança não dizem respeito apenas à defasagem entre aquilo que os agentes pensam e aquilo que eles são. No caso do PT, há motivos de ordem mais elementar. O partido nunca fez uma auto-avaliação estruturada sobre sua própria trajetória, em que se discutisse seus possíveis erros e acertos – embora aqui e ali apareçam indicações de correção de rumo, sobretudo com a derrota na eleição para presidente em 1989 e com o golpe de 2016. A sequência das resoluções de congressos

apresenta poucas referências ao que foi dito anteriormente, mesmo nos momentos de inflexão de sua história.

No entanto, os documentos oficiais podem servir para um exame da trajetória do PT se forem tomados como uma espécie de sedimento das teorias, interpretações e práticas da inserção das classes trabalhadoras na sociedade brasileira. É como se nos termos utilizados nesse conjunto de textos se expressassem aspectos que atravessam a história da classe. Afinal, qualquer teoria expressa, mesmo que de forma mediada, as relações sociais que lhe servem de base. Se o partido começa sua trajetória com uma problematização das relações entre trabalhadores, sindicatos/partidos e estado, então ela pode revelar elementos perenes da configuração desses problemas na sociedade brasileira. Ou ainda, pode revelar que o Partido dos Trabalhadores não representa em si uma novidade em termos políticos – como o próprio partido se descrevia.<sup>2</sup> Suas interpretações sobre a realidade brasileira estão marcadas pela força da sociedade em fazer com que os indivíduos aceitem sua realidade como o horizonte básico e inexpugnável. É claro, trata-se de uma experiência contraditória, marcada ao mesmo tempo pela naturalização da sociedade e por momentos de crise.

Embora o partido evolua gradativamente para girar em torno da institucionalidade política, dependendo cada vez mais do financiamento estatal e privado para suas campanhas, a aceitação das formas de sociabilidade capitalista não pode ser pensada em termos lineares. Se o partido começa sua trajetória contestando a estrutura social e política brasileira nos estertores da ditadura, isso não significa imediatamente que o conformismo foi aos poucos tomando conta de sua cúpula e militância. É possível pensar, diferentemente, que a própria maneira pela qual o partido se estruturou, suas bandeiras e reivindicações expressem as contradições de que falamos, embora fique claro aos poucos que os elementos de crítica radical vão ficando cada vez mais fugazes. Vejamos como essas contradições se apresentaram nas análises que o partido fez sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, assim como da inserção das classes trabalhadoras e as perspectivas de sua organização política e transformação social.

---

<sup>2</sup> O assunto não é novo e já foi tratado desde os anos 1980 – cf. os textos de Oliveira (1986) e Reis Filho (2005) sobre a permanência do nacional-estatismo nos partidos de esquerda. Mas o que importa é mostrar como esses traços representam a perenidade do horizonte capitalista nas organizações de classe no Brasil – algo que é sugerido por Oliveira como a grande vitória da ditadura. Tomamos esse comentário como uma espécie de fio condutor de nossas análises, extrapolando sua permanência para além do período da ditadura. Assim, é possível pensar que toda a política ligada aos trabalhadores brasileiros nunca conseguiu romper as barreiras delineadas pela invenção do trabalhismo nas mãos de Vargas. Por isso mesmo é que as análises de Francisco Weffort sobre o populismo se fazem presentes como uma sombra nos programas do PT. Tampouco é mero acaso que comentaristas atuais como Braga (2012), Singer (2012) e Secco (2014) tracem suas análises a partir desses mesmos termos, embora eles divirjam bastante. Em comum aos três, porém, é a percepção de que a organização dos setores mais empobrecidos das classes trabalhadoras se faça a partir da defesa da ordem e do estado.

Em seus primeiros anos, esse diagnóstico ainda não se apresentava de maneira clara e estruturada, senão por meio de breves indicações a partir da situação do Brasil, como o período da assim chamada abertura e o início da redemocratização. As resoluções iniciais apontam, por exemplo, para a política de arrocho salarial levada a cabo pela ditadura e a constituição de um pacto conservador na transição da ditadura para a democracia parlamentar, e as medidas para se contrapor a isso. Ao mesmo tempo, há um esboço da posição do capitalismo brasileiro diante do sistema internacional, diante do aumento da dívida externa e da dependência – e cujos maiores afetados seriam justamente os trabalhadores. E mesmo que os efeitos das mudanças no processo de acumulação fossem enumerados nos documentos iniciais, não eram muito claros os vínculos entre a política de arrocho e a internacionalização/financeirização da economia brasileira. As próprias classes trabalhadoras brasileiras eram descritas de maneira vaga, muitas vezes aproximando-se de uma noção genérica de povo.

Outro elemento central, mas difuso ao longo dos textos das resoluções, é o estado, mais importante até do que a maneira como o capitalismo e as relações de classe se configuram na sociedade brasileira. Essa importância maior se refere ao fato de que o estado é o elemento central das possibilidades de autonomia das classes trabalhadoras, além de apresentar a maneira como o partido se conformou aos padrões da sociabilidade capitalista. O estado parece se apresentar, no limite, como o horizonte a ser atingido pelos trabalhadores. De fato, isso não é inédito na história das lutas dos trabalhadores no Brasil, já que a tradição nacional-popular-estatista tem sólidas raízes nas esquerdas brasileiras desde o período getulista, e encontraria no PT seu herdeiro mais consequente – embora o próprio partido enalteça a novidade que ele mesmo representou dentro das esquerdas brasileiras, sobretudo diante da trajetória do partido comunista. Mas o que talvez seja mais importante quando se trata da relação que o partido estabelece com o estado é uma espécie de atualização de seus programas originais ao longo das décadas de 1990 e 2000. Observando com maior atenção a maneira como o estado foi visto ao longo da existência do PT, não se trata de dizer simplesmente que o partido aceitou as imposições oriundas dos processos de neoliberalização da economia e da sociedade. Há duas razões para isso. Primeiro, a financeirização e o aumento da dependência externa não ocorreram a despeito ou contra o estado brasileiro, mas tiveram nele um agente de primeira ordem. Segundo, e mais importante, as perspectivas do PT com relação ao estado passaram por uma espécie de *aggiornamento* após as consecutivas derrotas nos pleitos para presidente. O estado permaneceu como elemento central das perspectivas políticas do partido, mas não da mesma maneira que no início dos anos 1980. Isso tem implicações também para as relações que o partido trava com os trabalhadores brasileiros, isto é, para o problema de sua organização autônoma.

Embora apresentado de maneira vaga no início, desde o começo dos anos 1980 o estado aparece como um lugar neutro, passível não apenas de conquista paulatina, mas como possibilidade de expressão da sociedade brasileira, na medida em que os trabalhadores interviessem em suas decisões. Essa noção se apresenta de forma difusa nos primeiros documentos até 1986. Se é verdade que o poder estatal deveria estar sob o controle dos trabalhadores, havia uma certa desconfiança com relação à atuação parlamentar do partido em termos estritos. Como afirma uma das teses do terceiro encontro nacional, realizado em 1984, o “PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do Parlamento” (Partido dos Trabalhadores, 1998: 146). Este funcionaria apenas como mais um instrumento das organizações dos trabalhadores na defesa de seus interesses do que a arena por excelência onde os conflitos sociais e políticos seriam travados.

Tal desconfiança encontraria seu exemplo mais claro nas disputas em torno da assembleia constituinte e da perspectiva do retorno de eleições diretas. De acordo com as teses do encontro extraordinário do partido em 1985, a campanha pelas diretas teria resgatado formas de ação popular, tais como passeatas e comícios, aprofundando a mobilização dos trabalhadores e colocando ainda mais em xeque o regime autocrático (idem, p. 179). A luta pela constituinte era vista como central para o estímulo e a construção de frentes populares. Contudo, ela teria se diluído nessas manifestações. As resoluções aprovadas naquele momento sugerem que os setores liberais e conservadores da campanha acabaram impondo controles e limites, conduzindo-a à conciliação. Daí que o mesmo documento afirme que o partido não apenas nascera como organização independente dos trabalhadores em recusa à ordem vigente. Além disso, a contestação “à dominação burguesa se expressa também pela organização dos movimentos sociais e suas lutas por autonomia em relação ao Estado” (idem, p. 184). Essa diretriz também se fez sentir na crítica que o PT fazia aos comunistas: a proposta de um bloco operário-popular, que mobilizaria os trabalhadores para as eleições e para conquistas graduais, foi considerada reformista, já que abrandava as posições dos trabalhadores por meio de cooptação.

Se a relação do partido com as eleições era contraditória até a eleição indireta de Tancredo Neves, a partir de 1986 há uma forte inclinação para a disputa eleitoral que acompanharia o partido desde então: o partido deveria abarcar o maior número possível de representantes eleitos. Mas as eleições permaneciam como meio para a conscientização e organização das classes trabalhadoras. Conforme as palavras das resoluções do encontro

realizado em 1986, “É de toda conveniência que a campanha eleitoral ajude a fortalecer a organização partidária, no lugar de substituir ou *destruí-la*” (idem, p.238, grifos originais).

Mais importante do que isso, porém, é que nesse encontro se evidencia a interpretação que o PT fazia a respeito do capitalismo brasileiro e de sua estrutura social. Chama atenção o fato de que o diagnóstico da desigualdade regional e da dependência externa, agravada pela crescente dívida externa, é acompanhado pela constatação de que as classes trabalhadoras brasileiras ainda não haviam se integrado e se unificado de maneira satisfatória. Essa unificação ainda não ocorrera não só porque as disparidades entre os trabalhadores eram gritantes – uma massa bastante empobrecida, fora do mercado de trabalho, contraposta aos operários organizados nos centros industriais e aos trabalhadores de “classe média”. Além disso, as próprias diferenças entre o sul e o norte do país colaboravam para que não houvesse unidade entre os trabalhadores brasileiros. Aqui aparece um traço constante tanto nas declarações oficiais quanto na política exercida pelo PT. A tentativa de integrar os trabalhadores deveria passar pela construção da nação e pelo papel central exercido pelo estado.

As teses em relação à nação já apareciam desde as primeiras manifestações documentadas do partido. Antes mesmo de sua fundação, a questão já constava de sua carta de princípios, publicada em 1979: “O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do País. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores que são as verdadeiras classes produtoras do País” (idem, p. 50). É evidente, não se trata de afirmar que o partido já estivesse enredado em alguma forma de nacionalismo. Porém, trata-se de pensar como o discurso da nação pode contribuir para a distorção e o ofuscamento dos conflitos sociais de um país, já que tende a associar as diferentes classes a uma mesma denominação, “povo”.

É a esse tipo de questão que as resoluções dos encontros e congresso do PT vão apontar em meados dos anos 1980. Por um lado, o partido se confrontava com a dificuldade em atrair apoio das camadas mais pauperizadas dos trabalhadores, assim como em angariar votos dos trabalhadores fora dos grandes centros urbanos. Cada vez mais o conjunto da nação e os setores interessados na soberania nacional seriam convocados a lutar nas fileiras ou ao lado do PT em alianças eleitorais e governamentais. Mais tarde, já no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, afirmava-se que o sucesso do PT enquanto partido se daria justamente porque as burguesias não seriam capazes de apresentar um projeto nacional. Por outro, começava a reconhecer explicitamente que essa integração passaria necessariamente pelo estado.

É comum tomar as teses do encontro de 1987 como o lançamento de um programa democrático e popular, fundado em reformas estruturais da sociedade brasileira. Mas seria possível perceber sua presença anteriormente, como atesta um exame das resoluções do encontro anterior. Mais precisamente, ele aparece no momento em que se faz um diagnóstico a respeito da capacidade das burguesias brasileiras em usar o estado como elemento-chave de sua hegemonia. “A história dos últimos cem anos é, em parte, a história do crescimento e do desenvolvimento do Estado burguês, isto é, do Estado da classe dominante no sistema capitalista. O Estado brasileiro destes últimos anos do século XX é um Estado moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente; ramifica-se em ministérios, órgãos, repartições e instituições que detém grande conhecimento concreto da realidade brasileira, bem como os mecanismos para interferir e alterar essa realidade em benefício, vale dizer, em benefício da classe burguesa” (idem, p. 249).

O caminho para a unificação das classes trabalhadoras brasileiras seria longo. O primeiro passo consistiria na união em torno de um projeto histórico e político comum, a ser oferecido pelo partido. Desde então se apresentava o problema das alianças necessárias à consecução desse projeto. Mas, ressalte-se, essas alianças se dariam no interior da classe trabalhadora, e não “com a burguesia e as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista” (idem, p. 253).

No entanto, o primeiro passo rumo à unificação da classe trabalhadora não se voltou a seus setores mais pauperizados e às margens do mercado de trabalho, mas sim à assim chamada classe média. Perante a alta permanente da inflação, o PT acreditava que os “setores médios (micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos)” ofereceriam resistências aos programas de governo oferecidos pelas classes dominantes do período. O PT deveria então, formular mais claramente sua política de alianças com esses setores, compatibilizando-a com as lutas dos trabalhadores. Nas resoluções do 5º Encontro Nacional, essa tática se colocou ao lado do diagnóstico a respeito do refluxo das lutas populares, após seu auge com a campanha por eleições diretas, motivado pelo período de recessão e desemprego em meados dos anos 1980. Ao mesmo tempo, ignorava-se a existência de contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia brasileira. A desconsideração da complexidade da sociedade brasileira teria levado o partido a uma postura sectária, que impediu o PT de avançar em suas definições estratégicas. Sendo assim, o que se colocava no horizonte era a conquista de um “governo democrático e popular”. Constituíam-se o célebre programa democrático popular, que se mantém até hoje para parcelas da esquerda como exemplar.

O que chama atenção nesse programa não são propriamente seus pontos básicos, que se apoiam em uma série de reformas estruturais do estado e da sociedade brasileira, mas sim a maneira como elas são descritas como anteriores a uma mudança política radical. Apesar de suas inúmeras declarações em que procura se distanciar tanto do etapismo pecebista quanto do reformismo socialdemocrata, o PT não deixa de retornar a questões espinhosas das esquerdas e dos movimentos operários brasileiros ao longo do século XX. Mais uma vez, o estado constituiria peça fundamental, agora sob uma certa leitura gramsciana: “os trabalhadores precisam se transformar em classe hegemônica no poder de Estado, acabando com o domínio exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço” (idem, p. 312).

Por sua vez, seria preciso integrar o grande contingente de miseráveis que caracteriza até hoje a sociedade brasileira. Nas palavras das resoluções do 5º Encontro, aqui se afigurava uma fraqueza da hegemonia burguesa, dada a incapacidade estrutural do capitalismo brasileiro em integrar esses setores – além de explicar a necessidade de golpes militares. Seria necessário construir um projeto alternativo a essa dominação, justamente o programa democrático-popular, “capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo” (idem, p. 320). Uma alternativa democrática exigiria tanto uma política de acúmulo de forças quanto a apresentação do PT como uma “opção real de governo”, capaz de tirar o país da crise.

Nominalmente, o programa do PT ainda se pautava pela independência da classe trabalhadora, mas agora fundamentado na necessidade de alianças com setores interessados no fim da dominação burguesa. Em consonância com a necessidade de ampliação de sua base eleitoral, as resoluções do sétimo encontro afirmam que o partido deveria se dirigir ao conjunto da população, e não apenas à sua fração organizada. A partir de então, o PT passaria a enfatizar o termo “povo brasileiro”, englobando não apenas trabalhadores e operários. Isso ficaria evidente nas resoluções de seu último congresso nacional, ocorrido em 2017, após o golpe que almejou não só afastar o PT do poder, mas alijar todas as organizações de esquerda. O partido não se vê apenas como expressão das lutas dos trabalhadores, mas de todo o “povo brasileiro”: “Até porque nossas experiências e formulações não são propriedade privada do Partido dos Trabalhadores: elas fazem parte do patrimônio histórico do povo brasileiro. Primeiro, porque nossas experiências e formulações são inseparáveis das lutas deste povo.” (Partido dos Trabalhadores, 2017, p. 22). De maneira correlata, a preocupação em construir um projeto de nação também encontraria no final da década de 1980 e sobretudo no início dos anos 1990, um momento de inflexão.



Não deixa de ser curiosa uma afirmação contida nas resoluções do sexto encontro nacional (1989), balizado pela campanha à presidência: o dilema de apoiar projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia, típico da esquerda brasileira no século XX, teria sido superado pelo PT. Novamente, o elemento-chave se expressa pelo termo “hegemonia”, isto é, a conquista do executivo federal, que parecia bastante próxima naquele ano, seria um meio privilegiado para a disputa da hegemonia com as burguesias brasileiras. Com a perspectiva de um futuro governo Lula, seria necessário abandonar qualquer preconceito com relação à luta institucional e às ações eleitorais. Se o estado brasileiro é dominado pelas classes dominantes, sua conquista permitiria traçar um plano para que tanto a crise econômica fosse resolvida quanto a desigualdade social sistematicamente reduzida. Ou ainda, a conquista do poder político permitiria uma redefinição do papel do estado: a garantia do crescimento econômico aliado à inclusão de milhões de trabalhadores às margens da estrutura social brasileira. Ele passa a ser visto, então, como indutor do desenvolvimento econômico e social.

Com a derrota de Lula para Collor, abrem-se de vez as portas para o reaparecimento de uma postura nacional-desenvolvimentista, antecipando em 20 anos a tentativa (fracassada) de sua implementação durante o governo de Dilma Rousseff. Embora aquele revés levasse a uma reavaliação profunda da organização do partido e de sua estratégia, ela também aprofunda alguns traços contidos nas formulações do programa democrático-popular de 1987.

Por um lado, a eleição de Collor teria apontado para uma série de problemas do partido, em especial o descompasso entre sua importância no cenário político e o crescimento de sua estrutura orgânica. Isso implicaria a necessidade de um reexame das concepções do partido. Conforme o texto do sétimo encontro nacional, e que destaca a atração progressiva do partido ao redor das instituições estatais, “há a clara consciência de que não se passa impunemente pela instituição” (Partido dos Trabalhadores, 1998: 451). Nessa visão, seria necessário pensar em um partido que correspondesse à realidade histórica do país no final de século. Sem dúvida, essas resoluções também mostram que os membros do partido reconheciam o risco de que a organização fosse cooptada, isto é, tornar-se um partido da ordem. Mas o vínculo eleitoral de Collor com os setores mais pauperizados (os “descamisados”) forçaria de vez a busca pelo voto dos trabalhadores excluídos – o que de fato só se concretizaria, como sabemos, já com Lula na presidência, mais de uma década depois. Ou seja, como se relacionar com os contingentes despolitizados da população brasileira?

Uma das soluções apontadas consistiu no reforço dos meios de comunicação em massa disponíveis ao partido, que permitiriam disputar a hegemonia “política e ideológica” (idem, p. 444). Não por acaso, crescem os recursos do partido destinados à propaganda política, embora,

como já ressaltara Francisco de Oliveira (1986), o partido não apresentasse seu conteúdo programático de forma inovadora, mas sucumbia às formas já existentes da indústria cultural. Mais importante do que isso, segundo o autor, é o fato de que o uso intensivo da propaganda implicou uma conformação à sua lógica, diluindo as identidades das classes trabalhadoras. Embora pareça um simples detalhe, o uso da propaganda partidária pode abrir as portas para entender tanto o problema da conformação às formas sociais capitalistas quanto o “tratamento” que o PT deu à integração dos trabalhadores na sociedade brasileira. Se inicialmente o partido carregava a bandeira da autonomia de classe, a conformação à lógica dominante foi acompanhada pela diluição das classes trabalhadoras em noções como “povo” e nação. Não por acaso, ganharia maior relevância a maneira como os setores desorganizados dos trabalhadores brasileiros seriam atraídos à órbita do estado. Nota-se, então, que a autonomia das classes trabalhadoras perde espaço para sua arregimentação mediante as formas sociais dominantes – propaganda, estado, nação. Ao mesmo tempo, esse conjunto de questões se relaciona ao problema da “inorganicidade” dos setores mais pauperizados dos trabalhadores. Se eles agem de forma conservadora (Singer) ou recebendo sua organização por cima, via estado (Secco), então o partido só conseguiu se aproximar deles na medida em que foi cedendo terreno a esse tipo de organização.

Além do uso da propaganda, a atribuição de importância às instituições políticas mostraria ao “povo” e aos oprimidos, mais precisamente, que havia a possibilidade de uma nova forma de *gestão* da coisa pública: o estado seria democratizado e os mandatos dos parlamentares petistas trariam “credibilidade social” ao PT. Tal credibilidade seria fundamental para que o partido alcançasse a hegemonia (Partido dos Trabalhadores, 1998: 450). Após a eleição de 1989, a disputa pela hegemonia passaria pela disputa do governo federal.

Por outro lado, as tarefas do estado enquanto indutor do desenvolvimento ficariam mais bem formuladas nos encontros subsequentes. Chama atenção novamente o tratamento dado ao estado (e ao regime representativo), já que são pensados como formas exteriores às relações capitalistas, e não como constituídas por elas mesmas – o que aliás, é um problema que atravessa as esquerdas brasileiras em geral. No primeiro congresso do partido, em 1991, defende-se o estado de direito e os mecanismos da democracia representativa, desde de que libertos da coação do capital. Isso corresponde à tentativa de combinar planejamento estatal e mercado orientado socialmente – o que constituiria um mecanismo capaz de propiciar desenvolvimento econômico. Tratar-se-ia de negar a preponderância do capital na dinâmica das relações sociais. Apesar disso e das necessidades de reformas estruturais, o partido se colocava

contra a socialdemocracia europeia, que sucumbira à ordem neoliberal. Afinal, a proposta reformista do PT ultrapassaria aqueles limites.

Como o próprio partido reconhecia, a luta pela hegemonia via conquista do estado corresponderia a um projeto de modernização da sociedade brasileira. Numa síntese do programa democrático-popular, era preciso “distribuir renda e alargar o espaço de cidadania das grandes massas”, mediante a recuperação do papel do estado enquanto órgão de planejamento econômico, estratégico e democrático (idem, p. 514).<sup>3</sup> Seria necessária uma plataforma que unificasse as grandes maiorias nacionais, isto é, “ganhar o coração de cada brasileiro para as ideias de redemocratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder” (idem, p. 550). Essa plataforma unificada deveria se basear num modelo econômico que ampliasse substancialmente o mercado de massa. Apesar da ligação imediata que se possa fazer com o nacional desenvolvimentismo, o PT constataria no encontro nacional de 1993 o fracasso “do reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos” (idem, p. 547). De certa maneira, o partido reconhecia os riscos representados por uma reforma pactual, já que rejeitava, ao menos formalmente, uma aposta na acomodação estrita no espaço político institucional, a qual corresponderia a uma submissão à lógica do capitalismo.

Em contrapartida, o PT deveria responder às críticas de não dar garantias para a governabilidade, tanto por sua radicalidade quanto por sua relativa inexperiência. Contudo, diante da campanha eleitoral de 1994, ele chamaria atenção para as possibilidades que ofereceria aos investimentos produtivos, uma vez que seu programa estava centrado na retomada do crescimento e na construção de um mercado de massas. Esses seriam muito mais atrativos do que os juros oferecidos pelos bancos. No ano seguinte, mesmo com a derrota para Fernando Henrique Cardoso, o partido reafirmaria seu programa de desenvolvimento, baseado no investimento produtivo e na valorização do trabalho. Aliás, a política econômica proposta no décimo encontro tinha como ponto principal a elevação dos rendimentos do trabalho, já que ela constituiria elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo em massa. Se democraticamente controlado, o estado poderia impor custos aos capitalistas. Tal controle democrático viria de mecanismos como referendos, plebiscitos e consultas populares.

No ano anterior à vitória de Lula sobre José Serra, o partido reafirmava que sua vitória em 2002 representaria uma derrota estratégica do neoliberalismo (Partido dos Trabalhadores, 2001: 8). Nesse mesmo encontro, as tarefas do estado se tornam ainda mais específicas e

---

<sup>3</sup> Entre 1990 e 1992 o PT constituiria um “governo paralelo”, com propostas de alternativas para políticas públicas e que deveria fiscalizar a gestão Collor de maneira democrática.

demarcadas: diante da crise do final do governo Cardoso, ele “deve desempenhar um novo papel regulador com programas de fomento para micro, pequenas e médias empresas; de requalificação da mão-de-obra; de adensamento e estruturação de cadeias produtivas estimulando a substituição de importações. [...] O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.” (idem, p. 17).

Na sequência das resoluções desse encontro, há uma interessante avaliação a respeito do nacional-desenvolvimentismo. Destaca-se a maneira como em determinados momentos históricos tentou-se construir um mercado de consumo de massa, aliado a um rápido processo de industrialização, o que alavancou altas taxas de crescimento. No entanto, esse modelo também se fez acompanhar pelo aumento da concentração de renda e pelo aprofundamento das disparidades regionais. De todo modo, a ação do estado é ressaltada, na medida em que, mesmo sem operar rupturas efetivas, ele “ousou arbitrar perdas para ao menos uma parte dos interesses dominantes” (idem, p. 21). Com a crise da década de 1980 e a implantação do neoliberalismo na década seguinte, o estado teria se concentrado na criação de espaços para a lucratividade para as atividades privadas e na preservação de condições para a expansão do capital financeiro globalizado. Daí que fosse necessário recuperar a autonomia do estado na formulação e na gestão da política econômica.

Além da especificação das tarefas do estado diante do cenário histórico da passagem do século XX ao XXI, o documento contém formulações a respeito de uma questão crucial para as administrações federais do PT: a integração dos trabalhadores pauperizados mediante integração ao mercado. Por um lado, essa integração seria feita com base no crescimento econômico, que permitiria assimilar grandes contingentes daquela população excluída. Por outro lado, a inclusão social deveria ocorrer para além dos programas sociais focalizados e compensatórios, integrando os trabalhadores por meio da universalização dos direitos. Essa integração ensejaria a construção de um novo contrato social, que exigiria “o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro” (Idem, p. 39). “Rentistas” seriam penalizados nesse novo acordo, ao passo que “empresários produtivos” seriam contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massa. “Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo”. É possível dizer que esse programa constituiria o modelo seguido pelas ações do governo Lula, exceto por um detalhe

importante: é bastante discutível se o partido superou de fato o neoliberalismo ou, como afirmou Secco (2014), ele passou a fazer uma oposição interna à forma dominante do sistema. Não parece casual, portanto, que, embora a ampliação do mercado de consumo em massa tenha sido perseguida, ela se fez por meio do aprofundamento das políticas compensatórias e não pela extensão universal de direitos.

Entretanto, a atuação do PT a partir de 2013, quando os protestos iniciais de junho pelo não aumento das tarifas do transporte público colocaram em xeque tanto o modelo de desenvolvimento posto em prática pelo partido quanto sua defesa de um estado revigorado, mostra a resiliência da atração do partido em relação ao estado e às formas sociais dominantes. Por um lado, os protestos contra as tarifas apontaram para o imobilismo da gestão petista em não ceder com relação aos interesses privados que dominam a rede de transporte público, sobretudo em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, a recusa do PT diante de outras formas de organização política, que passam ao largo das instituições estatais e parlamentares, parece ter ficado evidente com a estratégia perseguida pelo partido para a defesa de Dilma e Lula. Apesar da latência do conflito social e de classe, não assistimos a mobilizações permanentes das classes trabalhadoras e demais grupos subalternos para reverter o golpe imposto em 2016— exceção feita, talvez, à greve geral de 28 de abril de 2017. Ao contrário, o partido apostou quase todas as suas fichas na possibilidade de reverter o quadro por meio de ações legais e cálculos de votos no congresso. Mesmo com a prisão arbitrária de seu principal líder, a imaginação do partido não é mais capaz de ir além das instâncias legais.

Nesse sentido, não é certo se o partido reconhecerá os problemas acumulados ao longo de sua história. Apesar da encruzilhada em que o PT se encontra, para seus membros e lideranças, a “experiência governamental” ainda baliza suas perspectivas futuras. “Do ponto de vista da ação presente e futura do Partido, o 6º Congresso considera que esta é uma das questões fundamentais sobre as quais devemos nos debruçar, se quisermos voltar a governar o Brasil e se quisermos ser vitoriosos numa próxima experiência governamental. A saber: como utilizar nossa presença no governo nacional para alterar a relação de forças na sociedade brasileira. Ou, dito de outra forma: o que fazer para fortalecer cultural, política e economicamente as classes trabalhadoras?” (Partido dos Trabalhadores, 2017: 32). Mas como fazer isso sem reconhecer que o próprio partido contribuiu para a reprodução do conformismo na sociedade brasileira?

## **Bibliografia**

Braga, Ruy. *A Política do Precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo/USP/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

Oliveira, Francisco de. “Qual é a do PT?”. In: Sader, Emir (org.), *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 10-32.

Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. *XII Encontro Nacional* (2001). Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf> (acessado em 02/03/2018).

\_\_\_\_\_. *XIII Encontro Nacional* (2006). Disponível em [https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/2006\\_XIII\\_Encontro-Nacional.pdf](https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/2006_XIII_Encontro-Nacional.pdf) (acessado em 10/03/2018).

\_\_\_\_\_. *Caderno de Resoluções VI Congresso Nacional Marisa Letícia Lula da Silva* (2017). Disponível em <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/caderno-de-resolucoes-do-6-congresso-nacional-do-pt.pdf> (acessado em 05/04/2018).

Reis Filho, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil. Culturas políticas e tradições”. In: Fortes, Alexandre (org.), *História e Perspectiva da Esquerda*. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 171-182.

Sader, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em Cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Secco, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

\_\_\_\_\_. “A hegemonia tardia”. In: Pinheiro, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?* São Paulo: Boitempo, 2014, pp.

Singer, André. *Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.